

BOLETIM  
O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

## Regras da UE Mandam Lançar o Novo Banco aos Abutres

**PS, PCP, BE, todos o reconhecem. Porque aceitam essas regras, então?**

O governo decidiu entregar aos fundos norte-americanos *Lone Star* o que resta do Banco Espírito Santo (Novo Banco).

O governo diz que considera o banco “estratégico” para o país, pela sua função essencial de financiamento das pequenas e médias empresas.

Entregar? Oferecer! O preço é zero, e o Estado junta uma garantia (com outro nome) de quase quatro mil milhões de euros para cobrir “riscos de crédito”<sup>1</sup>.

Em entrevista, o ministro Mário Centeno, apertado sobre a natureza de “fundo abutre” do *Lone Star*, admitia que “os mercados têm todos um aspecto predatório, numa certa dimensão”<sup>2</sup>. Consultou-se o dicionário. “Predatório”: “que diz respeito a roubos, particularmente aos de pirataria”<sup>3</sup>. Mais claro, não há.

Custa é perceber a lógica. Não tem um trabalhador razão de estranhar que seja maneira de “salvar” um banco estratégico acabar de tirar aos criminosos do Espírito Santo deitá-lo para a goela de especialistas de “roubos, particularmente de pirataria”?

Sobre o que são os fundos *Lone Star*, ler-se-ão na página 2 excertos de artigo da insuspeita revista financeira americana *Forbes*. Desta informação, de fácil acesso, nada se viu na imprensa portuguesa.

Assim: no modelo de negócio da *Lone Star*, o importante é comprar barato. “É ao comprar que realizamos lucro”, dizem eles. Sustenta o governo, em sua defesa, que o *Lone Star* não poderá distribuir dividendos

durante oito anos. Mas que importa? Se o lucro está feito no acto da compra! Ao vender, tudo é lucro... pois se o preço foi zero!

Porque considera então o governo melhor deixar sair os milhões que ainda se possam espremer do Novo Banco para paraísos fiscais, em vez de nacionalizar o banco? Vejamos.

O ministro das finanças diz que nacionalizar o Novo Banco sairia mais caro do que deitá-lo aos piratas. Ora, para isto ser verdade, é preciso acrescentar: “nacionalizar” o Novo Banco (talvez) saísse “mais caro” se se aceitarem as regras bancárias e de concorrência da União Europeia.

Admite o ministro não ser ideal o Estado ficar com 25% do Novo Banco, mas sem assento nem voz no seu governo. Pena que não haja solução melhor... Não há? Talvez não haja, mas só se se aceitarem as regras bancárias e de concorrência da União Europeia.

O que se ouve de todas as partes é: pois, a solução não é ideal (ou até: é má, é um desastre...). Só que: qualquer outra ainda seria pior.

O PCP diz, por exemplo, que, nos moldes em que está a ser feita, a venda “é um desastre”<sup>4</sup>. Mas acrescenta: bloqueá-la “é um desastre ainda maior”. Fica implícito, segundo o “eco.pt”, que, se a venda do Novo

- **Abertura Total das Contas dos Bancos!**
- **Nacionalização Sem Indemnizações!**

Banco for levada ao Parlamento, o governo deverá poder contar com o voto favorável do PCP. Justificação: se o decreto-lei fosse rejeitado, seguir-se-ia a liquidação do banco, com consequências inportáveis para a economia e o emprego.

Convinha acrescentar: seguir-se-ia isso (talvez), se se aceitarem as regras bancárias e de concorrência da União Europeia...

O Bloco de Esquerda convocou um debate parlamentar para início de Abril — sem nada pôr à votação. Nele, manifestou a sua discordância com a solução adoptada e intenção de se bater pela nacionalização, embora reconheça que esta implicaria uma recapitalização imediata de 4 mil milhões saídos dos cofres do Estado. Implicaria, porquê? Por causa... das regras bancárias e de concorrência da União Europeia.

O que, por sua vez, remata o governo, poria em grave risco as “metas” do défice. Que “metas”? As metas impostas pelas... regras da União Europeia.

(cont. p. 2)



**Editorial** (cont. p. 1)**Novo Banco, Pasto de Abutres**

Ora, como lapidarmente concluía as suas declarações o deputado do PCP acima citado: “*não há apenas uma Comissão Europeia que impõe, há um governo PS que aceita as imposições*”.

Não é possível estar mais de acordo. Só peca a conclusão por incompleta. É verdade: não há apenas uma Comissão Europeia que impõe, há um governo PS que aceita as imposições. Mas não há apenas um governo PS que aceita as imposições. Há um PCP e um Bloco de Esquerda que, acompanhando um governo PS que aceita as imposições, aceitam, também, as imposições.

O que o governo, PCP e BE não dizem, mas deviam dizer para melhor esclarecimento do povo, é esta frase simples e directa: as regras da União Europeia mandam deitar o Novo Banco em saque aos piratas da “finança da sombra”.

*Aceitando-se as regras da União Europeia*, pouco importa que o primeiro-ministro se chame Costa ou Passos Coelho, que seja apoiado pelo PCP e pelo BE ou pelo CDS: aceites as imposições da União Europeia, a “solução” para os problemas da banca

é entregá-la aos abutres; para o défice, é austeridade para os trabalhadores (com mais ou menos parêntesis) e a continuação das leis laborais de Passos, que este governo já declarou não querer reverter. Leis que, impedindo negociar contratos colectivos e perpetuando a precariedade, impedem aumentos salariais.

A crise do Novo Banco volta a pôr a nu a simplicidade da escolha:

— UE, austeridade e ruína para os trabalhadores; **ou**

— **ruptura com a UE, ruptura com o capitalismo, união dos povos e nações da Europa livres do jugo do capital** ■

<sup>1</sup> - Sítio eco.pt: <https://eco.pt/2017/03/30/novo-banco-estado-da-garantia-de-quatro-mil-milhoes-ao-lone-star/>, 30/3/2017.

<sup>2</sup> - [http://rr.sapo.pt/artigo/79920/entrevista\\_a\\_mario\\_centeno?utm\\_medium=rss](http://rr.sapo.pt/artigo/79920/entrevista_a_mario_centeno?utm_medium=rss).

<sup>3</sup> - <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/predat%C3%B3rio>.

<sup>4</sup> - Sítio <https://eco.pt/2017/03/29/pcp-mostra-apoio-ao-governo-travar-venda-do-novo-banco-e-um-desastre/>, 29/3/2017, declaração do deputado Manuel Tiago do PCP.

Figura página 1: <http://www.precarios.net/?p=12740>

**O comprador do Novo Banco/BES: o “carrasco vindo do Texas”**

Os fundos Lone Star pertencem na totalidade ao norte-americano John Grayken – entretanto nacionalizado irlandês, para pagar menos impostos.

Para edificação do leitor, juntam-se excertos de um artigo publicado há um ano pela revista financeira americana Forbes, intitulado “O Banqueiro Bilionário da Sombra”:

“Entre os “barões-salteadores” do novo milénio, poucos são tão furtivos — assim como tão detestados e tão bem sucedidos — como John Grayken dos Lone Star Funds. Com um valor líquido de 6.300 milhões de dólares, ele fez a sua entrada na lista de bilionários da Forbes aos 59 anos. Tornou-se no segundo gestor de fundos de participações privadas mais rico do mundo (...). O Lone Star tem activos acumulados de 64 mil milhões de dólares. Desde a sua criação, em 1995, os seus 15 fundos averbaram rendimentos anuais médios líquidos de 20%, sem um só ano de prejuízo.”

“Desde a Grande Recessão, Grayken especializou-se em comprar empréstimos hipotecários de cobrança duvidosa e malparados a entidades estatais e bancos de todo o mundo. (...) No ano passado [2015], o procurador-geral de Nova Iorque abriu

*uma investigação às táticas de mão pesada usadas por Grayken para gerir hipotecas. Estas incluem execuções agressivas de hipotecas e têm provocado protestos generalizados da parte de compradores de casas, defensores de políticas de alojamento e sindicatos.*”

“Numa altura em que, em todo mundo, os reguladores obrigam a grande banca a diminuir activos e/ou aumentar capital e a retirar-se de diversos negócios de alto risco, os fundos de investimento especulativo e de participações privadas, como o Lone Star, aparecem a tomar o seu lugar, fazendo um negócio da China com a compra ao barato de activos bancários. Especialistas do malparado como Grayken (...) tornaram-se numa nova classe de poderosos banqueiros “da sombra”. O mais sombrio de todos é John Grayken.”

“Na Lone Star, ninguém faz de conta que anda a investir a longo prazo ou que tem um apego sentimental aos activos. Mesmo quando a estes, aguentando-os por mais uns meses ou anos, se pudesse espremer mais algum lucro. Não há problema em deixar ossos ainda com alguma carne para outros. Para Grayken, o elemento-chave de qualquer transacção sempre foi o preço de

*aquisição barato (...)* “Nós realizamos o lucro ao comprar”, foi a descrição dada, numa reunião, em Fevereiro de 2016, pelo presidente da Lone Star, André Collin.”

“A imprensa alemã chamou à Lone Star o “carrasco vindo do Texas” quando a firma comprou um carregamento de empréstimos malparados que acabaram em processos de execução hipotecária dos compradores de casa.”

“Em Setembro, o New York Times noticiou que muitas das hipotecas em mora compradas pela Lone Star tinham acabado em execuções. O conselho de redacção acusou, assim, a Lone Star de usar a “execução e revenda das casas para ganhar dinheiro”. (...) Nada disto travou Grayken, que já engoliu activos no valor de 120 mil milhões de dólares desde que a crise financeira começou. (...) O mais recente dos seus fundos Lone Star está actualmente a captar 5 mil milhões de dólares para fazer pontaria ao imobiliário na Europa, onde os bancos ainda estão em processo de redução rápida dos balanços.”

Na mira do Lone Star apareceu, assim, o Novo Banco. O tratamento, ninguém duvida, será o habitual. ■

**Ficha técnica**

Publicado pelo grupo “A Internacional”;  
Endereço mail: [a.internacional.pt@gmail.com](mailto:a.internacional.pt@gmail.com);

Responsável: José Júlio Santana Henriques  
Página web: <http://ainternacional.pt>

## Cimeira de Roma: 60 anos de UE

Antes da CEE veio a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, criada em 1951 entre a Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, para gerir o carvão e o aço europeus, antes fonte de guerras.

Desde então, o essencial das minas de carvão fechou; a indústria do aço tem sido sujeita a encerramentos e despedimentos constantes.

A CEE constituiu-se em 1957 pelo Tratado de Roma, com os mesmos países. Passados 60 anos, o panorama é o que se vê: crise. Os povos europeus não se revêem na UE. Os jornais sintetizaram assim a declaração de Roma dos chefes de Estado, em 25 de Março: “mais segurança; mais emprego, maior crescimento, UE mais próspera e sustentável, desenvolvimento do mercado único, conclusão da União Económica e Monetária; luta contra o desemprego e exclusão social; mais cooperação com NATO e ONU”.

Na vida real: na Grécia, Tsipras negocia um novo empréstimo com a troika: este depende de o governo fazer novos cortes nas reformas e apoios sociais, impor mais austeridade, restringir o direito à greve (AFP). Tsipras subscreveu a declaração. Vai, portanto, aplicar estas medidas. Os sindicatos insurgir-se-ão; daí a necessidade de limitar o direito à greve.

E Portugal? Veja-se o sector bancário: a UE impõe e o governo aceita vender ao desbarato os bancos, em que o Estado já pôs, segundo os jornais, 13 mil milhões de euros. O governo vai, ainda, continuar a aplicar a redução do défice mandada por Bruxelas, de 2,1 para 1,6%: mais cortes, mais ataques sociais. Mas também mais resistência em todos os sectores laborais.

Não, não vem aí uma UE mais próspera e sustentável. Vão-se agudizar todas as contradições, pois, na vida real, os trabalhadores procurarão defender-se e mudar o estado de coisas. ■ **JSH**

## Manifestação jovem

No dia 28 de Março, a CGTP convocou, através da Interjovem, uma manifestação de jovens trabalhadores, “contra o trabalho precário e por trabalho com direitos”.

A manifestação seguiu da Praça da Figueira até à Assembleia da República. Participaram jovens de “call centers”, em luta por melhores salários e contra a precariedade. Ao apelo do sindicato SNTCT, houve greve nas empresas Adecco, Manpower, Vertente Humana, Randstad, Grupo Egor, Talenter. Estes trabalhadores concentraram-se junto ao edifício do MEU/PT e à sede da Randstad, na Av. da República, integrando depois a manifestação.

É urgente revogar as leis anti-contratação colectiva, o que o governo, satisfazendo os desejos patronais e da UE, tem recusado. ■

## Um Museu:

### O Futuro do Serviço Nacional de Saúde?

Dia 7 de Abril foi inaugurado o Museu da Saúde nas antigas instalações do Serviço de Neurocirurgia do Hospital de Santo António dos Capuchos, um dos que, com S. José, Sta Marta, Estefânia, Maternidade Alfredo da Costa e Curry Cabral, integram o Centro Hospitalar de Lisboa Central. A exposição inaugural promovida pelo Instituto Ricardo Jorge foi apelidada de “800 anos de Saúde em Portugal”.

Enquanto “*instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e*

*do seu espaço envolvente, para educação e deleite da sociedade*”, segundo a definição do International Council of Museums, o novo museu deveria constituir uma referência da história do desenvolvimento da prestação dos cuidados de saúde em Portugal, com ênfase para o Serviço Nacional de Saúde, enquanto conquista de referência dos trabalhadores portugueses na Revolução de Abril, que é necessário defender e reaprofundar contra os golpes destruidores de que tem sido alvo.

Mas como explicar que as mesmas entidades que presidiram à sua inauguração, com destaque para o Ministro da Saúde e o Presidente da República, sejam as mesmas que promoveram e continuam a levar a cabo a destruição do SNS, desde logo através da venda à empresa municipal ESTAMO dos vários hospitais localizados na Colina de Sant’Ana, que, para além dos que encerraram, como o Miguel Bombarda e o Desterro, ficaram sujeitos ao pagamento de renda enquanto continuarem a desenvolver a sua atividade, até ao seu encerramento anunciado quando, supostamente, for construído o Hospital de Todos os Santos na zona Oriental de Lisboa, obra cujo arranque tem sido sucessivamente adiado. E que, a ser edificado, não suprirá a capacidade de resposta do Centro Hospitalar de Lisboa Central, já que a sua lotação não ultrapassará 800 camas, bem abaixo das já manifestamente insuficientes actuais 1316 camas?

E como explicar que a maioria do PS, PCP e BE na Assembleia da República tolere a progressão desta obra destruidora?

Não será pela mesma razão que os seus deputados aprovaram o Orçamento de Estado homologado pela União Europeia?

Não será a altura de as direcções das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores promoverem a sua mobilização unida pela restauração e alargamento de todos os seus direitos atacados e ameaçados pelos defensores dos banqueiros e especuladores? ■ **Alexandre Ulisses**

### Por Uma Educação Pública de Qualidade e Democrática, Pelo Futuro De Toda A Comunidade Educativa

*Um grupo de professores do Barreiro envia-nos um pequeno texto para iniciar um debate necessário sobre o presente e o futuro da Escola pública:*

Com a devida urgência, torna-se necessário um grande debate que envolva professores, encarregados de educação, associações de pais e de estudantes e auxiliares de ação educativa. A defesa de uma Escola pública de qualidade e universal é uma questão pública que deve ser preocupação de todos. Cumpre promover a exigência de uma escola democrática. A actual formação do órgão de gestão, unipessoal, em que o diretor escolhe o sub-diretor e os seus adjuntos, levou ao crescimento de abuso de poder, a um sentimento de insegurança e de medo, uma grave falta de transparência na colocação dos professores, nos concursos nacionais (situação que se iniciou já no dia 6/4/2017, com vagas ocultas nas listas) e ao alheamento em relação aos assuntos da vida escolar. Devemos voltar ao sistema colegial (equipa eleita por lista). Nós, professores do Barreiro e Lisboa, pretendemos uma ampla discussão destas matérias, visando, particularmente, promover o seu debate em plenário da Assembleia da República, de onde ainda se têm mantido afastadas. ■



Índia, Suzuki-Maruti

## Libertação Imediata dos 13 Sindicalistas Condenados a Prisão Perpétua!

**Campanha mundial pela libertação de treze sindicalistas indianos da fábrica automóvel Suzuki Maruti, recentemente condenados a prisão perpétua pelo crime de constituírem um sindicato para defenderem os seus direitos.**

Esta condenação usou como pretexto incidentes ocorridos na fábrica em 2011, provocados por capangas a soldo da administração, que levaram a um incêndio e à morte de um administrador. O verdadeiro motivo: a campanha anti-operária da administração e do governo da Índia para intimidar os sindicatos, de forma a não assustar os investidores estrangeiros. Esta razão foi lit-



eralmente invocada pelo tribunal para recusar libertar sob caução os trabalhadores em prisão preventiva, onde 148 foram mantidos durante mais de três anos — a grande maioria agora absolvida.

No dia 29 de Março de 2017, dez centrais sindicais indianas (INTUC, AITUC, HMS, CITU, AIUTUC, TUCC, SEWA, AICCTU, UTUC e LPF) apelaram a uma acção nacional de solidariedade com os trabalhadores da fábrica Suzuki Maruti, declarando a sua

*“profunda inquietação e angústia pela condenação de treze trabalhadores a prisão perpétua”. Denunciaram “a jogada ignóbil das autoridades e do patronato com a mesma energia com que denunciaram a violência em 2012, felicitando os trabalhadores pela sua reacção imediata e unitária. As centrais sindicais afirmam que o movimento sindical não se deixará intimidar pelas vis acções da aliança governo-patronato.”*

Estas mesmas centrais apelaram, em Setembro de 2015 e em Setembro de 2016, à greve geral unitária por uma plataforma de reivindicações operárias. Em cada caso, 150 milhões de trabalhadores fizeram greve.

O sindicato da fábrica Maruti Suzuki (MSWU) declarou em comunicado: *“Em 18 de Março, treze membros do nosso sindicato MSWU foram condenados pelo tribunal de Gurgaon a prisão perpétua, e quatro outros a cinco anos de prisão, sem a mínima prova, unicamente com base em testemunhos fabricados pela administração. Os responsáveis do MSWU foram o alvo, porque, desde 2011, foram eles que dirigiram a luta contra o sistema ilegal de “trabalho a contrato” e pelos direitos sindicais e pela dignidade dos trabalhadores. (...) Chamamos todos os trabalhadores e todos os seus apoiantes a considerar os dias 4 e 5 de Abril de 2017 como ocasião de proclamarem o seu protesto e afirmarem a sua solidariedade por todos os meios julgados úteis, à escala de toda a Índia e à escala internacional.”*

Estas posições apoiam-se na resistência da classe operária indiana. Por exemplo, a 21 de Março, 5.000 trabalhadores concentraram-se na histórica praça Azad Maidan em Mumbai, grande cidade industrial a 1.300km da fábrica.

## Carta à Embaixadora da Índia em Portugal

A carta abaixo tem sido subscrita nas últimas semanas por dezenas de dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores e trabalhadores e estudantes em geral. Carta semelhante foi já subscrita por sete deputados à Assembleia da República, nomeadamente do PS, PCP e BE.

**“T**ivemos conhecimento da condenação a prisão perpétua de treze sindicalistas indianos da fábrica Suzuki Maruti, em Manesar, na Índia, e a penas de prisão menores de outros dezoito trabalhadores; e da absolvição de 117 outros, após vários anos de prisão. Os incidentes que levaram a este julgamento ocorreram no âmbito de um conflito laboral. Os condenados a prisão perpétua são representantes sindicais eleitos. A Índia, frequentemente referida como a mais vasta democracia do mundo, é signatária das convenções da OIT.

Nós, representantes políticos e/ou sindicais e cidadãos portugueses em geral, que conhecemos, pela dura experiência de ditadura e arbítrio que o nosso país viveu até 1974, o valor inestimável dos direitos democráticos fundamentais, entre eles o direito dos trabalhadores de

constituírem livremente sindicatos e representações, apresentamos respeitosamente ao governo indiano, na pessoa do seu embaixador, a expressão do nosso vivo repúdio por estas condenações a prisão perpétua.

Pedimos a libertação dos trabalhadores objecto das condenações. Solicitamos a transmissão às autoridades governamentais e judiciárias da Índia do nosso desejo de ver revogadas todas as condenações e anuladas as acusações do foro criminal feitas aos sindicalistas e trabalhadores em luta pelo que entendiam ser seus legítimos direitos. Solicitamos, por fim, a reparação dos prejuízos causados a todos os trabalhadores tanto tempo presos, com consequências terríveis para as respectivas famílias — na grande maioria dos casos, agora absolvidos pelo próprio tribunal.”

## No Mundo

- Em **França**, mais de 300 organizações sindicais de todos os sectores dirigiram-se à embaixada da Índia, exigindo a libertação imediata dos 13 de Maruti.
- No **Paquistão**, desafiando as tensões militares entre os dois países, uma carta assinada por grande número de sindicalistas paquistaneses, entre eles Rubina Jamil, secretária geral da All Pakistan Trade Union Federation e membro do Comité Operário Internacional e Mohammad Anwer Gujjar, presidente da APTUF e secretário geral do sindicato dos ferroviários Railway Workers Union (Openline) foi enviada à representação diplomática indiana e amplamente difundida no movimento operário.
- Nos **Estados Unidos**, o Comité Executivo do San Francisco Labor Council da central sindical AFL-CIO adoptou no dia 3 de Abril uma resolução que exigia a revogação de todas as acusações contra os operários da Suzuki Maruti e a sua imediata libertação.